Enfrentamento à branquitude hegemônica:

cartas, reflexões e promessas de esperança



(Org.) Andréa Maila Voss Kominek
Kelvin Yuquimitsu Yamaguti

Prefácio de Cida Bento

NEBRACI



TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS

experiências e reflexões

DIRETORA DA SÉRIE

Prof.ª Dr.ª Andrea Maila Voss Kominek
Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)

COMITÊ EDITORIAL DA SÉRIE

Prof.ª Dr.ª Andrea Maila Voss Kominek
Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)

Prof.ª Dr.ª Ana Christina Vanali
Universidade Federal do Paraná (UFPR)

Prof.ª Dr.ª Megg Rayara Gomes de Oliveira
Universidade Federal do Paraná (UFPR)

Prof.ª Dr.ª Débora Araújo
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

Prof. Dr. Francis Kanashiro Meneghetti
Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)

Prof. Dr. Celso Fernando Claro de Oliveira
Instituto Federal do Paraná (IFPR)

ENFRENTAMENTO À BRANQUITUDE HEGEMÔNICA

CARTAS, REFLEXÕES E PROMESSAS DE ESPERANÇA

Organizadores
Andréa Maila Voss Kominek
Kelvin Yuquimitsu Yamaguti

Diagramação: Marcelo Alves

Capa: Gabrielle do Carmo

Fotografia / Imagem de Capa: KHOURI, Gihad. Título da obra de colagem [colagem]. 2025. Colagem Digital. A obra é composta por recortes de obras de [EMERSON ROCHA/DES.SATURNO/ pivete II, mirando alto; VLADIMIR TRETCHIKOFF/ Portrait of a Ndebele Man;], utilizadas como base para recomposição crítica/estética.

A Editora Fi segue orientação da política de distribuição e compartilhamento da Creative Commons Atribuição-Compartilhalgual 4.0 Internacional
https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR

O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E56 Enfrentamento à branquitude hegemônica: cartas, reflexões e promessas de esperança [recurso eletrônico] / Andréa Maila Voss Kominek e Kelvin Yuquimitsu Yamaguti (orgs.). – Cachoeirinha : Fi, 2025.

368p.

ISBN 978-65-5272-162-4

DOI 10.22350/9786552721624

Disponível em: http://www.editorafi.org

1. Racismo – Hegemonia branca – Movimentos étnicos. I. Kominek, Andréa Maila Voss. II. Yamaguti, Kelvin Yuquimitsu.

CDU 323.14

Catalogação na publicação: Mônica Ballejo Canto – CRB 10/1023

20

SONHAR, SOBREVIVER E MUDAR: AUDRE LORDE E ENFRENTAMENTO À BRANQUITUDE NA ACADEMIA

Sharyel Barbosa Toebe [1]
Luciana Rodrigues [2]

Introdução

> "Se aquilo de que precisamos para sonhar, para conduzir nosso espírito de maneira mais direta e profunda rumo à esperança, for desprezado como sendo um luxo [...] vamos abrir mão do futuro dos nossos mundos." (Lorde, 2020, p. 49).

De que modo e junto de quem construímos sonhos de sobrevivência e mudança na academia? Este é o questionamento que nos acompanha neste escrito, produzido a partir do trabalho realizado e registrado na dissertação de mestrado em Psicologia Social, intitulada "Aprendizados de um corpo-escuta: branquitude e cisheteronormatividade na formação em Psicologia Social" (Toebe, 2024a). Retomo a possibilidade de contar sobre essa experiência de pesquisa a partir do texto "Poesia não é um luxo", de Audre Lorde (2020), que estava presente desde a primeira produção escrita neste percurso de mestrado. Retomo esta experiência em uma retroação e produção de sentido sobre esse percurso, para contar sobre o processo de pesquisar sobre o enfrentamento da hegemonia da branquitude e da cisheteronormatividade. Um enfrentamento que, de fato, pudesse produzir sonhos de sobrevivências e mudanças efetivas na formação em Psicologia Social.

[1] Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

[2] Doutora em Psicologia Social (UFRGS). Professora do Departamento e do Programa de Pós-graduação em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Foi a partir deste texto de Audre que pude entender que ser pesquisadora não é um luxo, e me afirmar no lugar de uma pesquisa que traz o íntimo para a cena. Tempos depois, fui percebendo que é, a partir da exposição deste íntimo, que temos a possibilidade de produzir tensionamentos, exposições no pacto narcísico da branquitude (Bento, 2002), pois mantê-lo intacto, é também manter a forma de pesquisar intacta, manter a estrutura da academia intacta – que sendo um pilar do projeto de mundo moderno colonial (Grosfoguel, 2016) foi construída para não dar espaços para sonhos de sobrevivência e mudança às pessoas que fogem a norma branca-cis-hetera.

Falo desde a experiência de um corpo branco, lésbico, cisgênero e que não performa uma feminilidade padrão. Um corpo que vive a rua a partir de olhares que se questionam "é homem ou mulher?". Um corpo, também, pesquisador, cujo trabalho foi construído a partir da orientação de Luciana Rodrigues, uma mulher negra, lésbica e cisgênera. Foi com Luciana que aprendi que os sonhos de mudança passam por outro lugar. Aprendi que enfrentar a hegemonia da branquitude na academia é um sonho de sobrevivência e mudança, porque nos dá a possibilidade de ser, existir e pesquisar a partir de outros lugares para além do molde acadêmico construído sob a régua da branquitude. Uma aposta em construir conhecimento, em pesquisar a partir de outros modos de produzir ciência, pelos quais se possa se fazer ver os corpos que ocupam estes lugares, que o lugar e a subjetividade de pesquisadoras seja reconhecido.

Conto o percurso desta pesquisa porque, como nos diz Audre Lorde, "o mais importante para todas nós é a necessidade de ensinarmos a partir da vivência, de falarmos as verdades nas quais acreditamos e às quais conhecemos, para além daquilo que compreendemos. Porque somente assim podemos sobreviver [...]" (Lorde, 2020, p. 55). Essa pesquisa é a minha

experiência - uma dissertação em que a escrita se construiu na destilação da experiência na formação em Psicologia Social no estado mais ao sul do Brasil. Trata-se de uma pesquisa que se faz através da experiência, mas que não se limita a uma vivência particular. Ao escutar pessoas de diferentes contextos, questionamos como percebiam a escuta de pessoas brancas na formação em Psicologia Social e os atravessamentos da branquitude e da cisheteronormatividade nesta formação.

Precisei entender que, para que nossos sonhos de sobrevivência e mudança se realizem, é preciso olhar para o que faz com que eles sejam necessários. Se precisamos sonhar em sobreviver e transformar a formação de uma academia ainda tão centrada em políticas de dominação (hooks, 2020), o que torna essa formação e essa academia um problema? Outras formas de fazer pesquisa são necessárias para, de fato, produzir enfrentamentos, sobrevivência e mudança. Neste caso, a forma que encontramos, foi escrever cartas, inspirada pela metodologia de cartagrafias, proposta por Bruna Battistelli (2017), e contar histórias (hooks, 2020) do cotidiano desta formação, a fim de expor a branquitude e a cisheteronormatividade que constituem as estruturas das universidades.

Escolho contar estas histórias aqui em uma carta-conversa à Audre Lorde, poeta, negra, mãe, lésbica e feminista, pois ela me acompanhou desde o início deste percurso e segue inspirando. Uma conversa de agradecimento e de esperança a ela e a tantas pessoas que me ensinaram nesses últimos anos.

Sobrevivências e mudanças na academia: um percurso de pesquisa

Querida e admirada Audre, neste mês, teu nome ecoa entre nós como inspiração de luta e poesia. Seus 91 anos são comemorados com as esperanças que tuas palavras e ensinamentos nos trazem. Escrevo sobre

o enfrentamento à branquitude e os sonhos que encontro em tuas palavras – ideias que seguem reverberando, insubmissas, no presente. Escrevo, ainda, fazendo uma revisão da experiência da dissertação a partir de três textos teus. "Transformando o silêncio em linguagem e ação", "As ferramentas do senhor nunca derrubarão a casa-grande" e "A poesia não é um luxo" (Lorde, 2020). Este último, em especial, esteve presente desde a minha primeira produção escrita no mestrado. Tu é uma poeta que me ensina a ser pesquisadora.

No mestrado, passei por uma troca de orientação que logo te contarei. Enderecei uma carta para minha primeira orientadora, falando deste texto e de como queria que minha relação com a pesquisa fosse a partir do íntimo, falando que a pesquisa entra na minha vida a partir do lugar de necessidade vital para encontrar palavras e nomes para meus incômodos. Tu fala sobre suportar a intimidade da investigação, para nisso, surgir a poesia como destilação reveladora da experiência. E, enquanto pesquisadora, me propus e proponho suportar as intimidades da investigação, para conceber a pesquisa como destilação (re)significadora das minhas experiências. Considero a pesquisa, assim como a poesia, como necessidade vital para as transformações que acredito. Ofertei estas tuas palavras a primeira orientadora:

> Para as mulheres, então, a poesia não é um luxo. É uma necessidade vital de nossa existência. Ela cria o tipo de luz sob a qual baseamos nossas esperanças e nossos sonhos de sobrevivência e mudança, primeiro como linguagem, depois como ideia, e então como ação mais tangível. É da poesia que nos valemos para nomear o que ainda não tem nome, e que só então pode ser nomeado. Os horizontes mais longínquos de nossas esperanças e dos nossos medos são pavimentados pelos nossos poemas, esculpidos nas rochas que são nossas experiências diárias. (Lorde, 2020, p. 47)

Só um ano e meio depois percebi que não poderia sonhar com esses sonhos de sobrevivência e mudança naquele espaço, dentro daquela

primeira parceria de orientação. Esses sonhos precisam ser sonhados juntos, por quem também sente essa necessidade vital de mudança. Iniciei o mestrado com um projeto de pesquisa sobre a colonialidade na escuta em saúde mental, partindo do entendimento de que as/os trabalhadoras/es da assistência nessa área pouco conheciam sobre branquitude e cisheteronormatividade. Eu supunha que essa lacuna os impedia de perceber o quanto essas questões atravessavam suas práticas.

No mestrado, em um programa de pós-graduação em que a grande maioria das disciplinas – talvez todas – tem bibliografias decoloniais, supus que encontraria outra realidade. Mas o que percebi é que lá a situação era igual ou ainda mais delicada que a nos outros espaços que passei em minha formação. Um dos momentos centrais desse percurso foi a organização de assembleias discentes e a redação de cartas coletivas abertas denunciando a violência racial e a transfobia dentro do programa. Os documentos - que estão registrados na íntegra na dissertação (Toebe, 2024a) – evidenciam a falta de acolhimento e a manutenção de uma estrutura acadêmica excludente, que reforça privilégios e ignora os impactos da colonialidade no cotidiano universitário. Estas cartas reivindicam mudanças concretas na postura do corpo docente e na estrutura do programa, enfatizando que o conhecimento acadêmico deve se comprometer com a produção de saberes que reconheçam as experiências de corpos historicamente marginalizados.

A primeira carta coletiva foi escrita com o objetivo de "evidenciar e reconhecer as situações de racismo institucional ocorridas no ambiente acadêmico, bem como, das demais opressões - transfobia, homofobia, lesbofobia, e demais danos promovidos e provocados pela supremacia branca" (Toebe, 2024a, p. 17)[3]. Ela foi endereçada ao coletivo de docentes

[3] A carta na íntegra pode ser acessada em Toebe (2024a).

do Programa de Pós-graduação. Um dos encaminhamentos da assembleia era de que, esta carta, fosse discutida nos grupos de pesquisa do mesmo. As discussões, na grande maioria dos grupos, seguiram um mesmo caminho. Os relatos eram de que a preocupação era frequentemente com a imagem do Programa que seria manchada. Já a preocupação com as pessoas discentes, que estavam denunciando as violências, era algo que parecia ficar em segundo plano. Esta carta foi respondida de forma protocolar, de modo que a decisão coletiva foi produzir uma segunda carta, endereçada a outras instâncias da universidade.

> Começamos esta nova carta nos questionando a quem ela se endereça: a quem devemos encaminhá-la? Quem se interessa em escutar e se implicar conosco nas questões que envolvem o racismo institucional e interpessoal dentro do PPGPSI? Não é um mero "problema" e por isso o listamos de saída: não sabemos quem, diante daquelas/es que usufruem de posições de poder dentro dessa instituição, se interessa em escutar o que temos a dizer de maneira coletiva. Ainda nos perguntamos: existe um espaço que possa de fato acolher e escutar nossa demanda para que algo mude? (Toebe, 2024a, p. 23)

Neste período das denúncias expostas nas cartas, colegas negras trocaram de orientação e a única discente transgênera da nossa turma foi levada a desistir do mestrado devido às violências que sofria. Eu, enquanto uma mulher branca e cis, não compreendia que trocar de orientação era uma possibilidade; acreditava que deveria permanecer naquele espaço como forma de resistência. No entanto, o que ocorria, na realidade, era o silenciamento das denúncias. As cartas, para nós, enquanto coletivo de discentes, foram formas de enfrentamento à branquitude na universidade. Foi no momento da discussão das cartas nos grupos que tive a confirmação de que não teria como pesquisar aquele tema no grupo de pesquisa no qual me encontrava na época (Toebe, 2024a).

Quando decidi que precisava trocar de orientação, combinei uma conversa com Luciana, para saber se ela tinha interesse e disponibilidade para me orientar no percurso do mestrado. Falei sobre o meu projeto e ela perguntou quais eram minhas referências, o que eu estava lendo. Fui citando algumas e mencionei o livro "Memórias da Plantação", de Grada Kilomba (2019). Ela então perguntou como era, para mim, a experiência de ler esse livro. Um corpo branco lendo aquelas palavras. Que responsabilidades recaem sobre o meu corpo ao entrar em contato com as memórias que ela partilha, e como posso responder a isso? Na hora, me senti constrangida e me percebi no mesmo lugar que estava apontando (e isso aconteceu em muito momentos, viu?). Com esse questionamento de Luciana pude entender o porquê minha pesquisa não se desenvolvia em outro espaço. Ali, sendo realmente escutada, entendi o porquê minhas colegas falavam sobre a troca de orientação. Ela aconteceu e, em três meses, com Luciana, escrevi um projeto que não foi possível escrever em três semestres.

Luciana e Bruna escrevem sobre isso no artigo, "Entre cartas: sobre branquitude e epistemicídio na produção de conhecimento em Psicologia", onde elas afirmam que

> [...] para a Psicologia, não basta lermos mais autoras(es) negras(os). É preciso pensar como estamos lendo estas(es), como nos apropriamos do que elas/eles nos ensinam e como conseguimos ler a nossa realidade e a realidade das(os) alunas(os). Como escutamos uma/um aluna(o) negra(o) que nos diz que estamos sendo racistas? Ou que nos diz que não conseguimos ver os privilégios de nossa branquitude? (Rodrigues; Battistelli, 2020, p. 58).

O que fazemos, como fazemos, com quem fazemos são questionamentos que ecoam nesse processo. Nesse sentido, a banca de qualificação foi um momento importante nesse percurso. A mudança no tema reflete muito sobre os sonhos de sobrevivência e mudança que

atravessaram esse processo. Por isso, quero tomar como exemplo a passagem do projeto de pesquisa para a versão final da dissertação. O título inicial, "Nossos sonhos de sobrevivência e mudança": torções na linguagem e na escuta em psicologia, deu lugar a Aprendizados de um corpo-escuta: branquitude e cisheteronormatividade na formação em Psicologia Social. O que essa reformulação revela sobre o caminho percorrido?

A profa. Bruna Battistelli, que integrou a banca de qualificação, me perguntou: "Como operar para que eu possa atuar dessa forma? Quais elementos são necessários para essa prática?" Ela trouxe a reflexão de que os sonhos de sobrevivência e mudança na universidade e na academia passam pelo modo como constituímos nossas pesquisas. Profa. Jaileila Menezes, por sua vez, apontou na banca que minha investigação estava focada nos processos que aconteciam dentro da academia e sugeriu que eu me voltasse para aquilo que estava ao meu redor. Se fazia importante que eu falasse o que estava ocorrendo ali. A partir dessas discussões, decidi redefinir o público do estudo: ao invés de dialogar com trabalhadoras/es da saúde mental, passei a ouvir pessoas vinculadas a outros programas de pós-graduação em Psicologia, das regiões Sul e Sudeste (apesar de ter feito contato com pessoas de outras regiões também, só consegui participantes destas regiões). Seis participantes integraram a pesquisa, que se desenvolveu em dois momentos: um primeiro encontro para conversa e, posteriormente, uma troca de cartas sobre a formação em Psicologia desde a graduação.

Outra história importante a ser contada a ti, que evidencia o pacto narcísico da branquitude na academia, é o momento em que a pesquisa passa pelo comitê de ética. Na seção que trata das ações a serem adotadas para acolher as pessoas diante dos possíveis efeitos do estudo, escrevi o mesmo que colegas haviam escrito em suas pesquisas

anteriores. No entanto, o comitê de ética considerou insuficiente e solicitou medidas adicionais. Nos questionamos: por que havia tanta preocupação com os efeitos que seriam sentidos por pessoas brancas ao falarem sobre a branquitude em sua formação? O que tornava essa questão mais preocupante para um comitê de ética do que os efeitos sentidos por mulheres negras ao falarem sobre racismo, como foram as pesquisas de outras colegas discentes?

Encontrar participantes para a pesquisa foi outro desafio. Fiz muitos contatos e recebi algumas indicações, mas, apesar do interesse inicial das pessoas, muitas acabavam desistindo sem dar retorno. A proposta original envolvia encontros em grupo para discutir o tema, seguidos da escrita individual de uma carta. No entanto, diante da dificuldade em reunir participantes, precisei adaptar a metodologia e conduzir conversas individuais com aquelas/es que já haviam se disposto a participar. Algo que questionava, junto de Luciana, era se o motivo das pessoas aceitarem e depois não responderem mais tinha relação com o tema. Ninguém negou participar, mas poucas pessoas participaram de fato.

Um ponto em comum, entre os relatos das pessoas que participaram da pesquisa, foi o que ouviram de docentes negras ao apresentarem seus trabalhos em construção, seja em orientações ou bancas. Essas pessoas docentes frequentemente questionavam não apenas a inclusão descuidada de referências decoloniais, mas também como as pessoas pesquisadoras estavam se colocando no texto, como se relacionavam com as autorias citadas e de que maneira se posicionavam na pesquisa. Lembra que também escutei esse tipo de questionamento de Luciana, na nossa primeira conversa e de Bruna, na qualificação?

Tu já nos advertia há muitos anos, Audre: a questão é como estamos fazendo. Muitas vezes, a decolonialidade na academia fica

restrita à teoria, sem que a experiência seja incorporada. Como ouvi em uma banca, é preciso "colocar o pé na lama". Nesse sentido, fazer um giro decolonial não se resume a trabalhar com autores decoloniais ou a incluir referências do Brasil, da América Latina e do Sul Global. Há uma diferença fundamental entre citar autorias não hegemônicas - o que pode resultar apenas em "colorir" o texto, como um participante da pesquisa escutou em sua banca - e, de fato, incorporarmos outras epistemologias em nosso fazer.

Isso me lembra que tu nos diz, Audre: "o tipo de luz sob a qual examinamos nossas vidas influencia diretamente o modo como vivemos, os resultados que obtemos e as mudanças que esperamos promover através dessas vidas" (Lorde, 2020, p. 45). Aprendo contigo e com outras feministas negras que, refletir sobre a branquitude na formação não é apenas um exercício acadêmico, mas um posicionamento político diante das estruturas que legitimam determinados saberes em detrimento de outros. Nesse sentido, as escolhas epistemológicas que orientam a produção de conhecimento não são neutras, pois determinam "quem se deve confiar, em quem acreditar e por que algo é verdadeiro" (Collins, 2019, p. 403).

Assim, nossas pesquisas só podem apostar em um exercício contra colonial se transformarmos o próprio modo de pesquisar, e não apenas adicionarmos autoras/es do Sul Global às nossas bibliografias. Do contrário, seguimos reproduzindo a colonialidade. No artigo "Teorias críticas e estudos pós e decoloniais à brasileira: quando a branquitude acadêmica silencia raça e gênero", Fernanda da Silva Lima e Karine de Souza Silva (2020) apontam que o chamado giro decolonial, muitas vezes, não passa de uma "voltinha". Elas destacam a importância de "descortinar as teorias críticas que afirmam propor um 'giro decolonial', mas que apenas dão uma meia voltinha quando fraturam a

colonialidade do poder e do saber, sem enfrentar seriamente o debate de raça e gênero". Enfrentar esse debate de forma séria significa olhar para o lugar que ocupamos, reconhecer o que construímos a partir dele e compreender as implicações de ser uma pessoa branca e cisgênera nesse contexto.

Audre, tu nos diz que a linguagem traz a possibilidade de nomearmos as ideias, para, aí, sim, termos ações de mudança. Percebi, acompanhada de Luciana, de outras colegas discentes e de autoras feministas negras e lésbicas, que as ações que aconteciam dentro do PPG eram de manutenção da lógica, não de mudança. Isso me remete muito à quando tu fala da diferença entre uma escrita a partir da experiência em contraste ao modo europeu.

> Quando olhamos a vida ao modo europeu como apenas um problema a ser resolvido, confiamos exclusivamente em nossas ideias para nos libertar, pois elas, segundo nos disseram os patriarcas brancos, são o que temos de valioso. No entanto, quando entramos em contato com nossa ancestralidade, com a consciência não europeia de vida como situação a ser experimentada e com a qual se interage, aprendemos cada vez mais a apreciar nossos sentimentos e a respeitar essas fontes ocultas do nosso poder - é delas que surge o verdadeiro conhecimento e, com ele, as atitudes duradouras. (Lorde, 2020, p. 46)

Tem uma forma específica de produzir ciência a partir desse modo de vida europeu hegemônico e para enfrentar a branquitude precisamos de formas diferentes de fazer pesquisa. Essas ferramentas do senhor não derrubarão a casa grande, como tu mesma nos ajuda a pensar, Audre. O ideal branco europeu não cabe na nossa realidade. Se adequar a ela é matar os sonhos. Essas pesquisas, que se propõe neutras, me remetem a diferenciação que tu faz entre a poesia a partir da experiência e o jogo estéril de palavras dos patriarcas brancos (Lorde, 2020, p. 46). Sobre esta suposta neutralidade, tenho uma história para te contar.

> Na experiência de estágio docente, estava, com as duas professoras brancas, planejando as aulas. Elas comentaram sobre escolhermos uma música para tocar no início do primeiro dia de aula, enquanto as pessoas estudantes iriam entrando na sala virtual. Comentei sobre uma música que gosto muito e que me marca sobre inícios e novos caminhos: "Rito de Passá", de MC Tha. Escutamos a música juntas e me disseram ser muito localizada. Continuaríamos a pensar em outras opções. A música escolhida, sugerida por uma delas, foi "A casa é sua", de Arnaldo Antunes. No momento em que a aula começou, eu assistia ao vídeo, escutava a música e pensava sobre o quanto ela era muito localizada, dentro da branquitude. Um homem branco, classe média alta, hétero, cis, com uma banda toda composta por homens, com uma plateia, em sua maioria, visivelmente branca, classe média, cis, hétero. Isso não é uma localização? A comparação de localização é a partir da experiência de quem? Para quem a música de MC Tha é mais localizada do que a de Arnaldo? Por que a de Arnaldo é uma música mais universal? Por que uma música produzida por Thais, cantora negra, da periferia de São Paulo, que junta música pop e funk brasileiro com influências religiosas de matriz afro-brasileira, é mais localizada que Arnaldo Antunes? (Toebe, 2024b, p. 50-51)

Audre, tu foi professora universitária. Imagina o que se ensina e o que se aprende em um estágio em docência a partir dessa situação: que a vivência é a cultura branca é universal, é a norma? E que ela precisa ser mantida neste lugar de reconhecimento? Nós, pessoas brancas, continuamos sendo a maioria nas universidades do Brasil, ainda mais quando falamos da região Sul do país. E as pessoas que não são contempladas com esse tipo de localização? Por isso, assim como Jota Mombaça, acredito que o movimento é marcamos e expormos a branquitude que se vê como norma: "Nomear a norma é o primeiro passo rumo a uma redistribuição desobediente de gênero e anticolonial da violência, porque a norma é o que não se nomeia, e nisso consiste seu privilégio. A não marcação é o que garante às posições privilegiadas (normativas) seu princípio de não questionamento [...]" (Mombaça, 2021, p. 67).

Em contrapartida, o outro é hipermarcado, "[...] exposto enquanto objeto. Nomear a norma é devolver essa interpelação e obrigar o normal a confrontar-se consigo próprio, expor os regimes que o sustentam, bagunçar a lógica de seu privilégio, intensificar suas crises e desmontar sua ontologia dominante e controladora" (Mombaça, 2021, p. 68). O "hipermarcado", que fala Jota, é o "muito localizado" dito pela professora branca, cis hétero, classe média alta. Narrar essas histórias é localizar a violência da branquitude acadêmica. Expor quem tem o privilégio de não ser nomeada, apenas nomear, de não se ver localizada, apenas reconhecer o outro, o diferente, enquanto muito localizado. Por isso, é necessário contar essas histórias, para marcar a branquitude e a cisheteronormatividade, tanto minha quanto das pessoas que constroem a academia.

Conto minha experiência e mostro a experiência de outras pessoas para evidenciar estes processos na academia e como se reatualizam. O que entendia como falha, lacuna no conhecimento é, na verdade, o projeto colonial que constitui as universidades (Grosfoguel, 2016). A universidade não falha com o racismo/sexismo epistêmico, ela opera como foi projetada para ser. O que significa, quando as ferramentas de um patriarcado racista são usadas para examinar os seus próprios frutos? Significa que há limites restritos para as mudanças possíveis e admissíveis (Lorde, 2020, p. 136). O giro decolonial exige que nos coloquemos na pesquisa da mesma forma que autoras como tu fazem, refletindo sobre como nos relacionamos com o texto e com as vidas das pessoas que o escrevem. Perguntar-se sobre o lugar que nossas pesquisas ocupam no mundo é essencial: a serviço de que e de quem elas estão?

Neste sentido, assim como tu fala da poesia, Audre, entendo a pesquisa em sua dimensão destiladora da experiência — como na destilação, esse foi um processo de gotejamento. Gota a gota, fui

transformando a compreensão de que as pessoas cometiam atos racistas nos serviços de saúde apenas por falta de conhecimento ou acesso a produções teóricas sobre racismo e branquitude. E, então, percebo que, na própria universidade, onde cada vez mais se encontram espaços que estudam sobre decolonialidade, também se refinam as maneiras de manter a hegemonia da branquitude que beneficia aos que já ocupam essa posição. Criam-se estratégias para parecer antirracista, escrevem-se artigos sobre branquitude, mas seguindo os mesmos moldes de uma ciência constituída na branquitude, onde não se fala de si, não se olha para a própria branquitude, não se expõe.

Entendendo que esse é um projeto de sociedade, um projeto de educação. Um projeto de ciência. Para bell hooks, o ambiente universitário é o lugar onde é mais evidente que "a supremacia branca continua moldando as perspectivas sobre a realidade e configurando a posição social de pessoas negras e de todas as pessoas não brancas" (hooks, 2019, p. 168). Diante disso, o caminho de enfrentamento que encontramos foi o de fazer ver: narrar, expor, contar. Apostar na mudança a partir desse lugar, de contar a experiência, como tu nos ensina. A sobrevivência pela necessidade de falarmos as verdades nas quais acreditamos e às quais conhecemos.

Falar e expor tem efeitos. Tu sabe bem disso, Audre. Na carta que escrevi para a apresentação na banca de defesa falei sobre o grande desconforto que me tomou após finalizar o texto e enviar para a banca:

> Quero compartilhar com vocês que, os dias após o envio do texto da dissertação pra banca, me tomaram de um grande desconforto. Primeiro, pensando nas pendências que ficaram no texto, na falta. Depois, pela sensação de excesso. De grande exposição. De ferida aberta. Sabe aquela história de colocar o dedo na ferida? A sensação é de que minhas feridas estão aí pra todo mundo colocar o dedo, o dedo sujo. Era esse o objetivo mesmo. Expor as feridas da branquitude e da cisheteronormatividade,

> porque não são só minhas. São feridas produzidas pela estrutura colonial. São o que eu, e tantas outras pessoas, enxergamos como ferida. (Toebe, 2024a, p. 110-111)

Essa ferida, esse desconforto que pessoas brancas não estão acostumadas a sentir. Sermos observadas, sermos objeto de pesquisa, sermos expostas, até pouco tempo não fazia parte do mundo branco (Cardoso, 2022; hooks, 2019). Isso me remete ao que Jota Mombaça (2021, p. 33) fala: “a hipótese de "perder o mundo” é indutora de uma ansiedade profundamente enraizada nas subjetividades brancas, na medida em que o mundo como nos foi dado conhecer é, precisamente, a infraestrutura da vida branca”, e acrescento, cisheteronormativa. Perder o mundo como sentido contrário aos pactos narcísicos da branquitude e da cisgeneridade, que mantém a infraestrutura da vida branca cis. Das 6 pessoas com quem conversei na pesquisa, apenas uma foi orientada por uma mulher negra e lésbica, assim como eu. Esta pessoa me contou como “perdeu o mundo” na primeira conversa com a orientadora. Teve seu mundo branco escancarado. Tentei escancarar meu mundo, tentei escancarar a branquitude e a cisheteronormatividade que me constitui, na medida em que as fui percebendo em mim e nas minhas relações. Tentei produzir uma pesquisa fora desta norma imposta.

Mas estar fora da norma tem um custo alto. Tentar fazer uma pesquisa diferente do estabelecido pela academia colonial nos traz muita insegurança por não estarmos seguindo o que é o padrão de uma pesquisa acadêmica: manter a lógica colonial da branquitude e heteronormatividade construídas pela hegemonia europeia; falar bonito e difícil, só para quem já está dentro da academia entender; usar referências de europeus, homens cis brancos e héteros; ficar só na teoria e conceitos e não articular e trazer a pesquisa para vida, colocar

o pé na lama, enquanto experiência cotidiana vivida, de uma forma que produza essa mudança autentica, como tu nos ensina.

> Aquelas entre nós que estão fora do círculo do que a sociedade julga como mulheres aceitáveis; aquelas de nós forjadas nos cadinhos da diferença - aquelas de nós que são pobres, que são lésbicas, que são negras, que são mais velhas - sabem que a sobrevivência não é uma habilidade acadêmica. É aprender a estar só, a ser impopular e às vezes hostilizada, e a unir forças com outras que também se identifiquem como estando de fora das estruturas vigentes para definir e buscar um mundo em que todas possamos florescer. Pois as ferramentas do senhor nunca derrubarão a casa-grande. Elas podem possibilitar que os vençamos em seu próprio jogo durante certo tempo, mas nunca permitirão que provoquemos uma mudança autêntica: E isso só é ameaçador para aquelas mulheres que ainda consideram a casa-grande como sua única fonte de apoio. (Lorde, 2020, p. 137)

Perder esse mundo branco que se vê como universal me fez ver outros mundos. Esse mundo da hegemonia do exército constantemente deixa para trás – importante frisar o exercício porque não é algo que a gente deixa uma vez, mas um trabalho cotidiano de aposta em outras possibilidades. E, além da insegurança, também tem muita alegria. Alegria em pesquisar e se ver na pesquisa. Alegria em trilhar nossos sonhos de sobrevivência e mudança, como tu nos ensina Audre (2020). Alegria de falar o que acreditamos que precisa ser dito. Escutar quem precisa ser escutada. O que eu, e tantas outras pessoas, enxergamos como necessidade.

Te escrevo em agradecimento por abrir caminhos, nos mostrar as possibilidades de trilhar percursos em direção a uma vida em que nossas existências não precisem se adequar a norma.

Com carinho e admiração,

Sharyel.

Considerações finais

> Na medida em que aprendemos a suportar a intimidade da investigação e a florescer dentro dela, na medida em que aprendemos a usar o resultado dessa investigação para dar poder à nossa vida, os medos que dominam nossa existência e moldam nossos silêncios começam a perder seu controle sobre nós. (Lorde, 2020, p. 45)

A partir da afirmação de que a poesia não é um luxo, construímos o entendimento de que pesquisa não é um luxo, ela não pertence somente a pessoas que já ocupavam a academia. A pesquisa pode ser instrumento de enfrentamento à branquitude hegemônica para sobrevivência e mudança na e da academia.

Sonhos de sobrevivência e mudança, enfrentamentos e esperanças se constroem coletivamente. Aqui, em uma conversa com Audre, contei como fui aprendendo a fazer enfrentamentos a branquitude e construir sonhos de sobrevivência e mudança com autoras feministas negras e lésbicas, o movimento coletivo de denúncia, a orientação da Profa Luciana Rodrigues, o Coletivo bell hooks, as professoras da banca.

Percebi, junto destas, que "nunca foi falta de conhecimento" (Dos Brasis, 2023). A colonização e a escravização nunca foram falta de conhecimento. Precisei de um percurso de três anos de mestrado para entender que as atualizações da colonização, a lógica colonial, não são falta de conhecimento, são um projeto de sociedade que segue beneficiando e privilegiando alguns corpos enquanto explora outros. Mesmo aqui, na universidade, em espaços que parecem aliados neste enfrentamento.

Referências Bibliográficas

BATTISTELLI, Bruna M. (2017). Carta-grafias: Entre cuidado, pesquisa e acolhimento (Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul). Recuperado de <https://www.lume.ufrgs.br>. Acesso em: 17/02/2025.

BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e Branquitude no Brasil. In: CARONE, I.; BENTO, M. A. S. (Orgs.). Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, p. 25-58.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. Tradução: Jamile Pinheiro Dias. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

CARDOSO, Lourenço. **A branquitude acadêmica, a invisibilização da produção científica negra, a autoproteção branca, o pesquisador branco e o objetivo-fim**. Educação. Santa Maria. v. 47. 2022. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/reveducacao.

DOS BRASIS – **Arte e Pensamento Negro**. São Paulo: Sesc Belenzinho, 2023.

GROSFOGUEL, Ramón. **A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI**. Soc. estado, Brasília, v.31, n.1, p.25-49, Abril, 2016.

HOOKS, bell. **Representações de branquitude no imaginário de pessoas negras**. In: Olhares negros: raça e representação. Tradução: Stephanie Borges. São Paulo: Elefante, 2019. 356 p.

_____. **Ensinando pensamento crítico: sabedoria prática**. Tradução: Bhuvi Libanio. São Paulo: Elefante, 2020. 288 p.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LIMA, Fernanda da Silva. SILVA, Karine de Souza. **Teorias críticas e estudos pós e decoloniais à brasileira: quando a branquitude acadêmica silencia raça e gênero**. Coluna Empório Descolonial. 22/06/2020. Disponível em: <https://emporiododireito.com.br/leitura/teorias-criticas-e-estudos-pos-e-decoloniais-a-brasileira-quando-a-branquitude-academica-silencia-raca-e-genero>. Acesso em: 17/02/2025.

LORDE, Audre. **Irmã Outsider**. Tradução Stephanie Borges. 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

MOMBAÇA, Jota. **Não vão nos matar agora**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.

RODRIGUES, Luciana; BATTISTELLI, Bruna M. **Entre Cartas: Sobre Branquitude e Epistemicídio na Produção de Conhecimento em Psicologia**. In: NARDI, Henrique Caetano Org [et al.] Psicologia e relações raciais: um percurso em construção. 1. ed. Florianópolis: ABRAPSO Editora, 2020.

TOEBE, Sharyel B. **Aprendizados de um corpo-escuta: branquitude e cisheteronormatividade na formação em Psicologia Social**. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e Institucional), UFRGS, 2024a.

TOEBE, Sharyel B.; RODRIGUES, Luciana. **Aprendizados de um corpo-escuta: a branquitude e a cisheteronormatividade na formação em psicologia social**. Aceno – Revista de Antropologia do Centro-Oeste, 11 (26): 39-54, maio a agosto de 2024b. ISSN: 2358-558.